

**77.ª REUNIÃO PRIVADA,
DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2021
ÀS 10 HORAS**

PRESENTES:

- Rui de Carvalho de Araújo Moreira;
- Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo;
- Ana Catarina da Rocha Araújo;
- Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente;
- Albino Pedro Pereira Baganha;
- Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel;
- Fernando Paulo Ribeiro de Sousa;
- Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro;
- Fernanda Perpétua Rodrigues;
- Odete Maria Alves Silva Patrício;
- José Luís da Costa Catarino;
- Álvaro Fernando Santos Almeida;
- Maria Ilda da Costa Figueiredo.

Secretariou a reunião o Diretor Municipal da Presidência, Adolfo Sousa.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente cumprimentou todos os presentes e deu início à reunião com um Voto de Saudação e de Reconhecimento pelo esforço dos dirigentes e funcionários da CMP no que diz respeito ao processo de eleições.

Voto de Saudação e de Reconhecimento, apresentada pelo Movimento Rui Moreira: Porto, o Nosso Partido.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida solidarizou-se com o Voto apresentado, porque de facto os funcionários e todos os voluntários que colaboraram nesta Eleição fizeram um esforço enorme. Disse que nem tudo correu bem, mas não foi por responsabilidade de quem esteve no terreno.

Apoiou este Voto de Saudação e de Reconhecimento.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro manifestou a solidariedade do PS para com este Voto de Saudação e de Reconhecimento e a satisfação pela forma como globalmente decorreu o processo eleitoral quer no voto antecipado, quer na recolha dos votos das pessoas confinadas/condicionadas.

Disse que gostaria de incluir neste Voto todas as instituições da Cidade, entre elas as juntas de freguesia, e todas as pessoas que estiveram, no dia anterior, na organização do processo eleitoral. Afirmou que a avaliação geral que recebeu foi de que todo o processo foi bem organizado tendo em conta as circunstâncias difíceis que estão a viver.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo apoiou o Voto apresentado.

Considerou que o processo decorreu normalmente com as enormes dificuldades que foi preciso vencer num período difícil como este que estão a viver.

Disse que todos os trabalhadores, todos os voluntários e todos os que se empenharam para que o processo eleitoral decorresse com todas as condições merecem o seu reconhecimento e louvor.

Aprovado, por unanimidade.

Recomendação – Linha de Apoio de Emergência às Associações, Coletividades e Clubes Populares para 2021, apresentada pela CDU.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que a proposta visa repor este ano a linha de apoio de emergência às associações, coletividades e clubes populares, tendo em conta que estão a viver uma situação idêntica ao ano anterior; tendo também em conta o atraso que houve no pagamento em relação ao ano passado; e considerando ainda que o resultado do concurso, que beneficiou 97 associações, deixou de fora muitas outras, sobretudo, pequenas associações e clubes populares. Referiu que estas pequenas associações e clubes não estão a conseguir recorrer às receitas resultantes dos seus bares, cafés e do trabalho associativo, e por essa razão estão a precisar novamente do apoio da Câmara.

Acrescentou que vão votar nesta reunião o Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense para 2021, mas este não contempla todas as pequenas associações e coletividades. Considerou fundamental dar continuidade à linha de apoio de emergência com um valor, se possível, um pouco superior ao do ano anterior.

O Senhor Presidente disse que não devem confundir a linha de apoio às associações que foi atribuída no ano anterior com o Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense, porque se tratam de duas dimensões diferentes ainda que abrangendo o mesmo ecossistema. Explicou que o Fundo Municipal é um concurso e esta é uma linha de apoio de emergência às associações,

criada devido ao facto de as associações terem as suas atividades encerradas e não poderem obter a sua receita tradicional.

Considerou que a Recomendação é justa uma vez que a situação de março e abril de 2020 se está a repetir.

Deu nota de que na próxima reunião de Executivo irão apresentar uma proposta no sentido de criar esta linha de apoio às associações, coletividades e clubes. Acrescentou que esta linha funcionou bem, com um modelo simples e as associações tiveram acesso rápido a algumas verbas.

Declarou que votará a favor desta Recomendação e apresentará, na próxima reunião, uma proposta devidamente orçamentada e cabimentada para sujeitar à votação do Executivo.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro concordou com a Recomendação.

Constatou que o Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense, que votarão na Ordem do Dia, limita muito o número de associações que podem vir a ser apoiadas.

Concordou que estão perante duas dimensões distintas, uma é o Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense, para desenvolver novos projetos e novas atividades; e outra é a linha de emergência.

Saudou a Senhora Vereadora Ilda Figueiredo pela oportunidade da sua proposta.

Apelou para que se considere um aumento da dotação orçamental e um aumento da verba que cada associação pode receber em função dessa dotação. Sublinhou que a repetição desta circunstância de confinamento tem um efeito exponencial no agravamento da situação das associações. Referiu que as associações já viviam com dificuldades, a crise anterior deixou-as ainda numa situação mais frágil e esta segunda crise vai ter um impacto brutal; acredita que a Câmara tem condições orçamentais para sermos um pouco mais generosos. Deixou este apelo ao Senhor Presidente tendo em vista a proposta que será apresentada na próxima reunião.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida manifestou o seu apoio a esta proposta e a sua satisfação pelo facto de o Senhor Presidente se comprometer a apresentar, já na próxima reunião, uma proposta sobre esta linha de apoio.

Disse que as circunstâncias atuais fazem com que muitas associações estejam para além do seu limite e, portanto, é imprescindível uma linha de apoio.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo agradeceu a todos o apoio.

Disse que, desta forma, as associações terão algum incentivo para prosseguir a sua atividade. Referiu que a maioria dos dirigentes destas associações e clubes estão a viver um momento muito difícil. Sublinhou que é importante, desde que haja condições orçamentais, que este apoio possa ser superior ao do ano anterior.

O Senhor Presidente disse que não se pode comprometer com nenhuma verba, mas compromete-se com o princípio. Afirmou que o valor não será inferior ao do ano anterior.

Aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente disse que a Recomendação foi aprovada por unanimidade com o compromisso do Executivo Municipal de apresentar uma proposta sobre este assunto na próxima reunião.

Recomendação – Suspensão do Pagamento do Estacionamento na Via Pública, apresentada pelo PSD.

O Senhor Presidente chamou a atenção para o facto de já terem sido tomadas medidas que vão no mesmo sentido desta Recomendação do PSD.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida constatou, durante o fim-de-semana, que o Senhor Presidente emitiu um despacho no mesmo sentido da sua Recomendação e gostaria de sugerir que esta proposta se transformasse num apoio à decisão do Senhor Presidente. Propôs substituir “recomendar” por “manifestar o apoio à decisão do Senhor Presidente da Câmara de suspender a obrigatoriedade do pagamento”.

O Senhor Presidente disse que nestes termos está em condições de votar a favor da proposta.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro associou-se à satisfação do Senhor Vereador Álvaro Almeida com a decisão do Senhor Presidente e concordou com a alteração proposta. Declarou que votará a favor.

Deu nota de que assim que soube que o estacionamento só deixaria de ser pago por um período muito limitado e apenas na zona ocidental, escreveu, em nome dos Vereadores do PS, uma carta ao Senhor Presidente dando nota de que esta decisão devia ser aplicável a toda a Cidade. Mostrou-se satisfeito com o facto de o Senhor Presidente ter concordado com a avaliação do PS e ter feito a proposta que já divulgou.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo manifestou o apoio da CDU a esta proposta. Referiu que a CDU sempre considerou que a maior parte do estacionamento pago nem sequer devia existir e na situação em que se vive esta questão ainda é menos justificável.

Disse que a proposta feita para a zona da Foz será aplicável até ao final do mês de janeiro, mas tendo em conta que a situação se vai prolongar para toda a Cidade, perguntou até quando se irá prolongar a proposta.

O Senhor Presidente respondeu que se prolongará enquanto vigorar o dever geral de recolhimento domiciliário e a suspensão das atividades presenciais no comércio e serviços.

Disse que houve uma alteração de circunstância, decorrente do encerramento das escolas, que os levou a mudar a decisão que tinham ponderado. Referiu que o Município de Lisboa também tinha a intenção de manter o estacionamento pago pelas mesmas razões do Município do Porto, porque o objetivo fundamental era a defesa dos moradores. Sublinhou que havendo um encerramento com outra dimensão de todas as atividades na Cidade, a pressão que os moradores estariam a sentir é muito menor, o que justificou uma alteração de circunstância e foi por isso que alteraram a posição em relação ao Centro.

Colocou a proposta à votação com a alteração introduzida pelo Senhor Vereador Álvaro Almeida.

Aprovada, por unanimidade.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo recordou o problema da Rua das Sobreiras e dos moradores que para se deslocarem ao supermercado têm de fazer um longo e difícil caminho. Pediu que se analisasse a possibilidade de abertura de, pelo menos, um dos caminhos existentes.

O Senhor Presidente disse que este assunto está a ser tratado.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que não concorda com a ideia de se abrir apenas um dos caminhos, porque os dois caminhos existentes são utilizados por pessoas que moram em locais diferentes. Sublinhou que estes dois caminhos não são caminhos alternativos.

Solicitou que os Serviços se deslocassem ao local para analisar a possibilidade de se abrir os dois caminhos.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo concordou que os dois caminhos são necessários, mas pelo menos um devia ser aberto o mais rápido possível.

O Senhor Presidente disse que está em curso o processo de aquisição do terreno, onde se encontra esse caminho, à Empresa Municipal Águas do Porto, o que irá permitir resolver o assunto.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Aprovação da 3.ª Edição do “Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense”.

O Senhor Presidente lembrou que se comprometeram a apresentar esta proposta logo no início do ano e aqui está a 3.ª edição do Fundo.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que esta alteração de conceito e de conteúdo do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense merece algumas considerações da sua parte, porque sendo certo que desta forma contempla projetos mais significativos, também é verdade que deixa de fora um conjunto de pequenas associações que não têm condições para este tipo de trabalho.

Referiu que como existe o compromisso de, na próxima reunião, se apresentar a linha de emergência, que não sendo igual, irá dar uma ajuda neste momento de grandes carências, votará esta proposta favoravelmente para apoiar a contemplação das 28 associações. Sublinhou que este não é o Fundo de Apoio pelo qual lutou e que tinham aprovado em anos anteriores; neste sentido, considera que, no futuro, o tipo de apoios que a CMP pretende dar ao Movimento Associativo Popular na Cidade tem de ser repensado e revisto.

O Senhor Presidente disse que durante anos não houve um Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo e esta é a 3.ª edição deste Fundo em que a Cidade tenta recuperar algum do apoio ao Associativismo que antes não foi dado. Referiu que não podem acreditar que de um dia para o outro as carências do associativismo popular do Porto são resolvidas. Sublinhou que o impacto que este Fundo terá é um impacto a termo. Deu nota de que chegaram à conclusão que retirar excessivamente os projetos não satisfaz ninguém, nem os que são excluídos, nem os que são aceites porque a verba não lhes resolve o problema pelo qual se candidataram.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro concordou com o princípio que está subjacente a esta proposta. Considerou que, havendo um modelo concursal, faz sentido que exista um objetivo numérico de candidaturas a aprovar, porque no ano anterior recebeu vários contactos de pessoas que receberam o apoio, mas que ficaram perturbadas com o mesmo. Sublinhou que o apoio é de tal forma rateado que depois a entidade não consegue fazer com dignidade o projeto para o qual foi apoiada.

Afirmou que têm de considerar se não deviam ser mais ambiciosos em 2021. Lembrou que os Vereadores do PS, aquando da preparação do Orçamento para 2021, apresentaram uma proposta no sentido de se retomar uma dotação no Fundo Municipal de Emergência Social para apoio às IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social e às associações que tratam dos problemas das pessoas com deficiência e, por essa via, mantendo a atual dotação orçamental do Fundo de Apoio ao Associativismo ela poderia ser mais dedicada a outras associações, ou seja, a associações de natureza social, comunitária, desportiva e cultural. Considerou que esta seria a solução ideal, que ainda se encontra à disposição da Maioria Municipal, porque vai haver a 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal e poderia haver um apoio às IPSS e às associações que apoiam as pessoas com deficiência por via do Fundo de Emergência Social, cujo incremento em 2021 é

fácil de explicar e justificar; e, por essa via, no Fundo de Apoio ao Associativismo aumentariam o número de associações apoiadas na área cultural, desportivo e recreativa, conseguindo um melhor resultado para todos num ano especialmente difícil para toda a sociedade e para o Movimento Associativo.

Afirmou que gostava de sensibilizar o Senhor Presidente e a Maioria Municipal para o retomar da proposta que o PS apresentou em devido tempo.

O Senhor Presidente disse que, nestes tempos de pandemia e de grande dificuldade, é difícil decidir como alocar os recursos que a Câmara dispõe em função das necessidades da população. Afirmou que, quando observa aquelas que são as carências da Cidade, a sua ideia é que aquilo que precisam é de reforçar o Programa Porto Solidário e esta é uma questão de opção.

Considerou que, atualmente, o Programa Porto Solidário é mais significativo e mais relevante e nesta matéria há responsabilidades que deviam ser partilhadas com a Segurança Social, que nesta área tem estado muito distante das necessidades e carências do Porto.

Referiu-se às receitas do jogo, dizendo que estas recaem esmagadoramente sobre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e que depois são investidas apenas em Lisboa. Considerou que deviam ter alguma reivindicação em relação a esta matéria. Disse que as receitas do jogo devia ter uma distribuição regional, pois o País todo é discriminado relativamente à capital.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que não questiona o aumento da verba do Porto Solidário, mas este Programa na sua génese tem 3 eixos: o apoio ao pagamento da renda; o apoio às IPSS; e o apoio às associações que tratam das pessoas com deficiência. Na sua opinião, estas duas últimas vertentes deviam ser reativadas em 2021. Considerou que podiam ir mais longe tendo em conta as características especiais de 2021, o que teria a vantagem adicional de libertar recursos do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo para incrementar o apoio a outro tipo de associações culturais, desportivas e outras.

Afirmou que compreende a posição do Senhor Presidente mas discorda da mesma.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida apoiou a proposta.

Disse que a proposta refere que o encargo previsto no montante de 800 mil euros será apresentado aos Órgãos competentes no âmbito da 1.ª Revisão do Orçamento para 2021; no Orçamento para 2021 já estavam previstos 800 mil euros para o Fundo de Dinamização do Movimento Associativo Popular. Perguntou se se tratam de verbas diferentes.

O Senhor Presidente explicou que não se tratam de verbas diferentes.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida perguntou, então, por que razão é preciso rever o Orçamento se já está prevista a verba de 800 mil euros.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que a verba que está afeta a este concurso é aquela que está prevista no Orçamento, que é de 800 mil euros.

O Senhor Presidente pediu ao Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos, para prestar mais esclarecimentos.

O Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos explicou que, relativamente ao Fundo de Apoio ao Associativismo, aquilo que acontece é que existe um conjunto de valores que estão cabimentados do ano de 2020, mas ainda não concretizados em termos de pagamento e o facto de terem transitado de 2020 para 2021 vieram absorver a dotação dos 800 mil euros que estavam previstos para a edição deste ano. Referiu que a transição de encargos cabimentados na edição anterior para o Orçamento deste ano veio absorver essa dotação e para que esta edição possa avançar é necessário a reforçar este Programa com estes 800 mil euros. Acrescentou que essa verba será afeta em sede da próxima revisão ao Orçamento; poderá acontecer antes se, em termos de uma alteração orçamental, conseguirem reforçar antecipadamente.

Reafirmou que não foi possível pagar, por diversas razões, ainda em 2020 os valores que estavam cabimentados no Orçamento de 2020; absorveram dotação de 2021 que é agora necessário reforçar.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que isso significa que a despesa em 2021 vai ser superior aos 800 mil euros.

O Senhor Presidente disse que vai ser superior a 800 mil euros porque houve verbas relativamente ao concurso de 2020 que não puderem ser pagas, na sua maioria, por causa da habilitação por parte das entidades que foram beneficiadas.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida perguntou se a despesa vai ser superior.

O Senhor Presidente respondeu que a despesa vai ser superior.

Aprovada, por unanimidade.

2. Ratificação da suspensão da obrigatoriedade de pagamento da taxa de estacionamento na via pública na ZEDL OCIDENTAL até 30 de janeiro de 2021.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro declarou que o PS vai votar a favor, sobretudo, por causa do contexto da decisão entretanto anunciada de que esta suspensão é estendida a toda a Cidade.

O Senhor Presidente disse que fica o compromisso de apresentar a ratificação da decisão já anunciada, que será de acordo com a recomendação anteriormente votada.

Aprovada, por unanimidade.

3. Seleção dos trabalhos e atribuição de prémios dos concursos de Lordelo (CC/1/2020/DMC, CC/2/2020/DMC e CC/3/2020/DMC).

O Senhor Presidente anunciou que o Senhor Vereador Pedro Baganha irá fazer uma apresentação.

O Senhor Vereador Pedro Baganha disse que este é o ato que encerra o concurso de conceção dos projetos para Lordelo do Ouro. Referiu que, na impossibilidade de terem presentes fisicamente os vencedores do concurso, irá apresentar o teor das propostas vencedoras.

Deu nota de que estão a falar de uma área entre os bairros de Lordelo do Ouro e de Pinheiro Torres. Explicou que esta intervenção, que é muito vasta, dividiu-se em três concursos distintos: um relativo às obras de urbanização e dois outros relativos a dois conjuntos de edifícios. Sublinhou que em cada um dos concursos foram atribuídos três prémios: o primeiro de 15 mil euros mais a adjudicação do projeto subsequente; o segundo de 10 mil euros; e o terceiro de 5 mil euros. Acrescentou que existia a possibilidade de os jurados atribuírem duas menções honrosas por concurso e em dois desses concursos essa prerrogativa foi exercida.

Realçou que este concurso aconteceu em circunstâncias difíceis, foi lançado na primeira reunião depois do início do primeiro confinamento; a sua entrega aconteceu no início de agosto, mas apesar de tudo isto tiveram mais de 70 propostas, o que muito os satisfaz.

Fez a apresentação dos Concursos de Conceção – Projetos Complementares para Lordelo do Ouro (Anexo I).

Deu nota de que, para além dos avanços destes projetos, a CMP está, de forma complementar, a iniciar os estudos de reformulação urbana de todo o território imediatamente a poente da área deste concurso.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que não se vai pronunciar sobre as opções estéticas e as questões técnicas porque para tal existiram júris habilitados.

Elogiou a forma muito competente como o Senhor Vereador Pedro Baganha conduziu todo o processo. Acrescentou que o Senhor Vereador só se pode orgulhar de um processo concursal tão participado, que conduziu a soluções que não terão o acordo de todos, mas que constituem uma forma muito interessante de envolver os profissionais na construção de Cidade.

Na sua opinião, aquela zona da Cidade precisa manifestamente desta intervenção pública e embora o caminho traçado seja bastante mais lento do que aquilo que desejam, é um caminho que considera sólido e muito construtivo.

Declarou que votará a favor da proposta.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que não tem uma opinião clara sobre aquilo que vai ser feito no local, mas acredita que ao longo deste processo ainda haverá oportunidade de debater as várias soluções que serão implementadas.

Registou como positivo todo um trabalho que procura reformular aquela zona; que procura dar respostas no plano habitacional seja criando nova habitação, seja melhorando as condições e a qualidade de vida de quem vive naquela zona.

Considerou positiva a abertura que parece estar prevista para a zona.

Declarou que votará a favor da classificação e da atribuição dos prémios, mas reserva a posição da CDU para quando tiverem propostas concretas para decidir.

O Senhor Vice-Presidente Filipe Araújo saudou o trabalho que tem sido feito neste âmbito em diversos pontos da Cidade e este em particular pela qualidade dos projetos que certamente modificarão toda aquela zona da Cidade.

Realçou a importância de todos estes projetos de utilização e de arranjo daquele espaço público e salientou também a relevância dos novos arruamentos. Referiu que estão a falar de concretizar projetos que estavam há muito pensados, mas que nunca tinham saído da gaveta e que neste momento têm um bom planeamento para a sua execução. Sublinhou que existem projetos, ainda que em fase de estudo prévio, mas já muito concretos sobre aquilo que é possível fazer naquela área.

Realçou que este é um dos grandes projetos da Cidade do Porto, que há muito tempo não tinha desenvolvimentos.

Deu nota da aposta na qualidade do espaço público do projeto apresentado. Referiu que a forma de olhar para aquele espaço reflete a aposta em contínuos verdes urbanos. Sublinhou que terão na zona um contínuo verde e azul, porque existem contínuos verdes, como por exemplo junto ao Fluvial até Serralves, e existem também muitas zonas de renaturalização das ribeiras.

Afirmou que os projetos apresentados são muito reveladores do trabalho que têm feito em termos de política e de estratégia, e que propõem no próximo PDM – Plano Diretor Municipal.

Realçou a importância dos espaços verdes contínuos na adaptação da Cidade aos tempos futuros e às alterações climáticas, e para o aumento da qualidade de vida de toda a população que vive naquela zona.

Aprovada, por unanimidade.

4. Porto de Tradição – reconhecimento de um estabelecimento comercial.

Aprovada, por unanimidade.

5. Apoio à Associação Integralar, no âmbito da realização do Prémio ECOTROPHELIA Portugal 2021.

Aprovada, por unanimidade.

6. Aprovação de apoio à atividade comercial através da distribuição de material temático alusivo a épocas e acontecimentos específicos, no ano de 2021.

O Senhor Presidente anunciou que o Senhor Vereador Ricardo Valente irá fazer uma apresentação.

O Senhor Vereador Ricardo Valente fez a apresentação da distribuição de material temático ao setor do comércio da Cidade do Porto. (Anexo II)

Deu nota de que em 2020, apesar dos efeitos da pandemia, bateram o recorde na Campanha de Natal. Explicou que os números que constam da apresentação representam apenas as entregas diretas do Departamento Municipal de Turismo e Comércio. Lembrou que a entrega de material é feita em conjunto com a Associação dos Comerciantes, que distribui o material diretamente aos seus associados.

Disse que a proposta para este ano é manter as campanhas mais fortes, ou seja, "Dia do Pai", "Dia da Mãe", "Páscoa" e "Natal".

Afirmou que a Associação dos Comerciantes considerou, com base numa amostra dos seus associados, que o Natal correu melhor do que as piores expectativas.

Em relação à campanha de *vouchers*, deu nota de que o levantamento dos *vouchers* por parte dos comerciantes ficou aquém daquilo que esperavam. Acrescentou que o mesmo aconteceu com os *vouchers* de estacionamento. Disse que é preciso fazer com que os comerciantes participem mais ativamente. Considerou que, no futuro, a preparação destas campanhas tem de acontecer mais cedo para que a divulgação possa ser feita com maior antecedência e para que os comerciantes adiram de uma forma mais generalizada.

O Senhor Presidente realçou a relação com a Associação dos Comerciantes, louvando a forma como a Associação tem participado ativamente nestes programas e também a forma como interpela a CMP com sugestões e recomendações.

Deu como exemplo a questão das luzes de Natal que correu muito bem também devido ao envolvimento da Associação dos Comerciantes.

Referiu que o envolvimento da Associação dos Comerciantes é crucial, porque tem uma grande representação e consegue, muitas vezes, chegar a comerciantes a quem a Câmara não consegue. Salientou o trabalho que o Senhor Vereador Ricardo Valente e Senhor Presidente da Associação dos Comerciantes têm feito.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro declarou que irá aprovar esta proposta.

Saudou a forma como o Senhor Vereador Ricardo Valente fez a avaliação das questões relativas à Campanha de Natal. Lembrou que, na altura, considerou que já era um pouco tardia a forma como estavam a decidir a Campanha e admite que tenha havido constrangimentos do lado da Câmara que tenham levado a esse atraso.

Na sua opinião, é preciso agilizar o calendário para promover o envolvimento dos comerciantes, tendo em conta a situação de grande dificuldade que se vive atualmente. Disse que espera que este ano possam ser mais pró-ativos nesta matéria.

Referiu que, uma vez que haverá eleições autárquicas em outubro, deviam ser capazes de preparar a Campanha de Natal antes das eleições.

Sublinhou que o comércio da Cidade precisa reforçadamente do apoio do Município.

O Senhor Presidente disse que têm tido conversas nomeadamente com o Senhor Presidente da CML – Câmara Municipal de Lisboa para avaliar aquele que é o comércio *on-line* e a logística do mesmo. Referiu que se verifica que as vendas *on-line* em Portugal aumentaram 35% e no final do ano terão valores muito superiores. Considerou que este facto tem aspetos positivos, mas também tem aspetos negativos que é preciso avaliar. Deu nota de que irá partilhar com o Executivo as conversas tidas com o Senhor Presidente da CML, porque isto implicará, certamente, a reavaliação das cadeias logísticas.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse, em relação à Campanha de Natal, que ficou claro que a proposta da Câmara foi tardia. Considerou que houve pouco tempo para a divulgação da Campanha e este ano têm de dar mais atenção a esta questão.

Afirmou que o comércio tradicional está a viver um mau momento na Cidade e no País e existem apoios que as autarquias podem dar, mas há também apoios no plano nacional que têm de ser mais fortes. Sublinhou que a visão coletiva do problema e a necessidade de procurar medidas de apoio no plano local e no plano nacional deve ser um objetivo comum na defesa do pequeno comércio e da restauração.

Aprovada, por unanimidade.

7. Ratificação do apoio à Associação Social e Cultural de São Nicolau no transporte de géneros alimentares cedidos pelo Banco Alimentar Contra a Fome.

Aprovada, por unanimidade.

8. Reconhecimento de isenção de IMI e IMT para os prédios cuja descrição consta do quadro do mapa Anexo I.

Aprovada, por unanimidade.

9. Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros Explorado pela STCP – Designação do Gestor do Contrato.

O Senhor Presidente disse que se trata de uma obrigação legal.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro declarou que o PS votará a favor.

Do seu ponto de vista, as questões relacionadas com a forma como se organiza a gestão do Município dizem respeito à Maioria e o PS tenta sempre não criar dificuldades.

Afirmou que tem dúvidas de que a melhor forma de assegurar a gestão do contrato seja através da atribuição dessa função a um diretor municipal, sem que isso signifique qualquer menorização da competência dessa pessoa. Disse que este é um contrato extremamente exigente e complexo e consideram que seria mais avisado que houvesse um quadro do Município que fizesse a gestão do contrato e que reportasse à hierarquia do Município.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que, independentemente da posição crítica que a CDU teve em relação ao contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros explorado pela STCP, não se opõem a que a Câmara designe um gestor do contrato. Sublinhou que não é contra a proposta apresentada sabendo que cabe à Maioria encontrar a melhor solução para estes casos.

Aprovada, por unanimidade.

10. Submissão à Assembleia Municipal do Plano Municipal de Redução de Ruído – versão 2.0, após participação pública.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro pediu mais esclarecimentos ao Senhor Vice-Presidente Filipe Araújo, pois esta é uma proposta muito complexa.

Perguntou o que vai mudar no Porto com a aprovação deste Plano Municipal.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que também queria pedir mais informações.

O Senhor Vice-Presidente Filipe Araújo disse que de facto esta é uma proposta muito técnica com uma leitura difícil.

Deu nota de que estão presentes na reunião o Diretor de Departamento responsável pela área e o Professor Rui Calejo, da Faculdade de Engenharia, responsável pelo trabalho, que poderão esclarecer algumas dúvidas, caso seja necessário.

Referiu que neste plano foram mapeadas todas as intervenções que já vinham preconizadas desde 2014. Acrescentou que o plano tem um período temporal que se alarga até 2023. Explicou que aquilo que estão a colocar à consideração é um balanço do estado de implementação das medidas. Acrescentou que no plano foram elencadas as zonas em que a população ainda se encontra exposta, carecendo de medidas complementares até 2023.

Disse que são feitas previsões que vão sendo ajustadas aquele que é o conhecimento que vão tendo de algumas fontes de informação, por exemplo este plano já absorve as contagens de tráfego e com base nisso fazem um cálculo sobre que população é que passa a estar ou não sujeita a cada uma das classes de incomodidade que são geradas.

Sublinhou que o plano diz respeito apenas àquilo que é de controlo municipal; em relação, por exemplo, a estruturas como a VCI – Via de Cintura Interna ou a linha férrea cabe a essas entidades fazerem os próprios planos de redução de ruído.

Afirmou que foi feito um ajuste ao modelo, atualizando o quadro das medidas a implementar até 2023 e concluiu-se que nas zonas sob responsabilidade da CMP, até 2023, têm cerca de 93% da população que não está exposta a níveis de ruído preocupantes e 7% da população de residentes que permanecem em zonas que são potenciadoras de intervenção a cargo da CMP.

Disse que têm sido tomadas várias medidas que aceleram a redução da incomodidade, deu como exemplo a alteração que se tem sentido nos veículos automóveis que se têm vindo a tornar cada vez mais silenciosos.

Referiu que houve uma crescente utilização dos transportes públicos por parte da população, prejudicada neste momento com a questão da pandemia. Sublinhou os incentivos que a CMP foi dando para este aumento da utilização dos transportes públicos, como por exemplo a gratuidade do título de transporte dos 13 aos 18 anos.

Deu nota da renovação integral dos veículos de recolha de resíduos, o que permitiu uma redução de cerca de 50% do ruído.

Sublinhou o esforço da STCP na renovação da sua frota por veículos menos poluentes e menos ruidosos.

Acrescentou que têm seguido medidas de penalização e restrição de circulação de pesados em certas zonas da Cidade.

Deu conta de que foram tomadas medidas no próprio PDM em termos de construção muito relacionadas com perspetivas ambientais, que vão promover uma melhor *performance* em termos ambientais, nomeadamente naquilo que diz respeito ao isolamento de fachadas.

O Senhor Presidente perguntou se os Senhores Vereadores estão esclarecidos.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que as suas questões ficaram esclarecidas.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo concordou com o envio para a Assembleia Municipal, onde este debate será certamente mais aprofundada e onde a CDU assumirá a sua posição.

Aprovada, por unanimidade.

11. Aprovação do contrato-programa a celebrar com a DomusSocial, EM, para a gestão do Programa Porto Solidário.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro concordou com a ideia de ser a DomusSocial a gerir o Programa Porto Solidário.

Disse que aquilo que é proposto é transferir para a DomusSocial a gestão do Programa com uma dotação orçamental de 2,3 milhões de euros. Perguntou se isso significa que é o total do Orçamento de 2021 ou, como a transferência só se vai operar agora, isso significa que o Orçamento de 2021 tem 2,3 milhões de euros que vão ser transferidos para a DomusSocial e mais um determinado montante que já foi executado em janeiro, que estima entre os 130 a 150 mil euros. Pediu mais esclarecimentos.

O Senhor Vereador Álvaro Almeida disse que não tem nada contra esta transferência. Manifestou o seu voto favorável no apoio a este Programa, que considera ser a forma mais eficaz de intervenção nas questões de habitação na Cidade.

Referiu que o Programa vai prolongar-se para os próximos mandatos, o que não é um problema grave pois nada impede o próximo Executivo de alterar a sua decisão, mas ficaria mais tranquilo se a aprovação fosse apenas em relação a 2020, deixando os outros dois anos para o próximo Executivo.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que a Câmara irá transferir, ao abrigo deste contrato-programa, 2 milhões e 300 mil euros para a DomusSocial, significando que a própria Câmara acomodou já em Orçamento o pagamento do mês de janeiro.

Referiu que estes contratos normalmente são feitos por 3 anos e, neste momento, o Regulamento já prevê dois anos, o que significa que a DomusSocial vai gerir as edições do ano passado e com projeção para 2022 e as candidaturas que, entretanto, vão aprovar e que a DomusSocial vai passar a gerir são para dois anos.

Sublinhou que as candidaturas aprovadas têm uma projeção para os próximos dois anos e, portanto, o novo Executivo poderá corrigir, mas terá de manter o Programa até ao fim naquilo que são os compromissos assumidos.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro manifestou a sua satisfação com esta confirmação do Senhor Vereador Fernando Paulo, que aliás o Senhor Presidente já tinha anunciado na última reunião, que é um aumento da dotação orçamental do Programa.

Perguntou como é que existe um cabimento para 2021 de 2,3 milhões de euros que sustenta esta proposta, se uma parte desta rubrica orçamental já terá sido gasto em janeiro por ação

direta da Câmara. Deu nota de que está de acordo com a situação, mas não compreende como é que o cabimento surge com o mesmo montante. Pediu uma explicação técnica ao Senhor Diretor Municipal Pedro Santos.

Declarou que votará a favor.

O Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos disse que o contrato com a DomusSocial prevê a dotação de 2,3 milhões de euros e o Programa está reforçado quer com os encargos que a Câmara suportará em janeiro quer com os encargos que a Câmara terá de suportar ainda em fevereiro, uma vez que a proposta a ser votada favoravelmente em reunião de Câmara ficará ainda pendente da deliberação da Assembleia Municipal.

Referiu que aos 2,3 milhões de euros acrescem neste momento a verba que o Senhor Vereador Manuel Pizarro referiu mais aquela que será suportada em fevereiro, que será de montante idêntico.

Do ponto de vista orçamental, explicou que estes encargos que a Câmara está a suportar em janeiro e fevereiro, uma vez que a dotação que estava inscrita no orçamento inicial era de 2,3 milhões de euros, vão obrigar a um reforço orçamental e a aumentar a despesa com o Programa em 2021, algo que terá tradução depois na revisão ao Orçamento.

O Senhor Presidente disse que não tem problema técnico.

O Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos confirmou que não existe nenhum problema técnico.

A Senhora Vereadora Ilda Figueiredo disse que isto significa que, à partida, terão um reforço do Porto Solidário no mínimo na ordem dos 300 mil euros, tendo em conta aquilo que a Câmara vai suportar em janeiro e fevereiro. Perguntou se é isto que está subjacente à explicação que foi dada.

O Senhor Presidente respondeu que sim. Acrescentou que, independentemente do tempo em que a Câmara vai suportar esta situação, até que a decisão seja implementada, depois haverá 2 milhões e 300 mil euros.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que combinou com o Senhor Presidente manter as candidaturas abertas, pelo menos, mais uma semana e vão divulgá-las o mais possível antes de as encerrarem para permitir que todas as candidaturas possam ser entregues; depois irão definir o reforço em função do volume de candidaturas.

O Senhor Presidente explicou que não querem fechar a verba sem perceber o volume das candidaturas.

O Senhor Vereador Manuel Pizarro disse que um sistema mais moderno de gestão de um programa deste tipo devia ter as candidaturas sempre abertas, só podendo executar o pagamento quando houvesse disponibilidade orçamental. Considerou que só desta forma seria possível aferir, em cada momento, a relação razoável entre a disponibilidade da CMP, sempre limitada, e aquela que é a necessidade no terreno, que acabam por avaliar de forma muito insuficiente. Na sua opinião, os canais de divulgação existentes são razoáveis, mas são limitados.

Referiu que aquilo que o Senhor Vereador Fernando Paulo anunciou é um avanço na direção certa e nesse sentido saudou esse progresso.

Apelou a que se estude um modelo de manutenção da abertura das candidaturas sem prejuízo do ajuste orçamental que tem de ser feito para as financiar, quando for caso disso.

Aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente salientou o facto de as propostas terem sido todas aprovadas por unanimidades sendo que o mérito é tanto da Oposição como dos Vereadores com Pelouro.

Anunciou que as próximas reuniões irão realizar-se nos dias 8 e 22 de fevereiro. Acrescentou que a reunião de 8 de fevereiro será feita por videoconferência e definirão mais tarde se será pública ou privada em função da situação pandémica.

A reunião foi realizada por videoconferência.

A presente ata depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da Lei.



O Presidente

O Secretário



ANEXO I



Porto.

Lordelo do Ouro
concursos de conceção

Prémios	Concurso 1 Obras de Urbanização	Concurso 2 Edifícios ABC	Concurso 3 Edifícios DE
1º	15 000 € + adjudicação	15 000 € + adjudicação	15 000 € + adjudicação
2º	10 000 €	10 000€	10 000€
3º	5 000 €	5 000 €	5 000 €
Menções Honrosas x2	500 € cada	500 € cada	500 € cada
Investimento total	11 864 023 €	20 123 639 €	13 460 704 €
Prémios	31 000 €	31 000 €	31 000 €
Projetos	433 023 €	629 239 €	469 704 €
Obra	11 400 000 €	19 463 400 €	12 960 000 €

Decisão de contratar: reunião de Câmara de 23 de março de 2020

Publicação em Diário da República: 1 de abril de 2020.



Porto.

Concurso 1
obras de urbanização,
espaço público e paisagem

13 propostas

Composição do júri

Paulo Fainha Marques, arq. pais.
Marta Labastida, arq.
Manuel Silva Costa, eng. civ.
Rodrigo Coelho, arq.
Vitor Oliveira, arq.

Supervisores

Fernando Martins, dr.
Jorge Maia, arq. pais.

Porto.

Concurso 1
obras de urbanização,
espaço público e paisagismo

1º Classificado

Azuis Espontâneos, Lda

João Castelo Branco
Benedita Silva Pinto
Jorge Miguel Hugo Magalhães

1-3

criação de habitação destinada ao mercado de arrendamento a custo acessível e reabilitação de áreas habitacionais municipais em lordeiro
CONCURSO DE URBANIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REABILITAÇÃO, CRIAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PAISAGISMO

conceito

A proposta de intervenção urbanística, paisagística e de espaço público, visa a criação de um conjunto habitacional a custo acessível, com um programa multifuncional e diversificado, que permita a utilização do espaço de forma eficiente e sustentável.

ESTRUTURA

A estrutura urbana é baseada na criação de um núcleo central, rodeado por áreas de habitação, espaços públicos e áreas verdes.

CARÁCTER

O carácter do conjunto é definido pela sua localização, pela sua escala e pela sua integração com o tecido urbano existente.

CATALISADORES SOCIAIS

A proposta prevê a criação de espaços públicos e áreas verdes que possam funcionar como catalisadores sociais, promovendo a interação e a coesão comunitária.

1:1000

ESTRUTURA

1:1000

ecologia

A proposta prevê a criação de um sistema de espaços verdes e áreas permeáveis que permita a infiltração de águas pluviais e a melhoria da qualidade do ar.

PERMEABILIDADE

A proposta prevê a criação de áreas permeáveis que permita a infiltração de águas pluviais e a melhoria da qualidade do ar.

DRENAGEM

A proposta prevê a criação de um sistema de drenagem que permita a infiltração de águas pluviais e a melhoria da qualidade do ar.

urbanismo

A proposta prevê a criação de um sistema de espaços públicos e áreas verdes que possam funcionar como catalisadores sociais, promovendo a interação e a coesão comunitária.

VIA DE ACESSO

VIAS PARTILHADAS

CAMINHOS DE ACESSO

1:1000

1:1000

1:1000

1:1000

1:1000

“
A proposta distingue-se por estruturar
com clareza a área de intervenção,
integrando um programa
multifuncional e diversificado que
multiplica as oportunidades de
utilização do espaço

Porto.

Concurso 1
obras de urbanização,
espaço público e paisagismo

1º Classificado

Azuis Espontâneos, Lda

João Castelo Branco
Benedita Silva Pinto
Jorge Miguel Hugo Magalhães

2-3

criação de habitação destinada ao mercado de arrendamento a custo acessível e reabilitação de áreas habitacionais municipais em lordeiro
CONCURSO DE URBANIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REABILITAÇÃO, CRIAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PAISAGISMO

ESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE, CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO

A proposta prevê a criação de um sistema de espaços públicos e áreas verdes que possam funcionar como catalisadores sociais, promovendo a interação e a coesão comunitária.

ecologia

A proposta prevê a criação de um sistema de espaços verdes e áreas permeáveis que permita a infiltração de águas pluviais e a melhoria da qualidade do ar.

PERMEABILIDADE

A proposta prevê a criação de áreas permeáveis que permita a infiltração de águas pluviais e a melhoria da qualidade do ar.

DRENAGEM

A proposta prevê a criação de um sistema de drenagem que permita a infiltração de águas pluviais e a melhoria da qualidade do ar.

urbanismo

A proposta prevê a criação de um sistema de espaços públicos e áreas verdes que possam funcionar como catalisadores sociais, promovendo a interação e a coesão comunitária.

VIA DE ACESSO

VIAS PARTILHADAS

CAMINHOS DE ACESSO

1:1000

1:1000

1:1000

1:1000

1:1000

VEGETAÇÃO EXISTENTE E PROPOSTA

A proposta prevê a criação de um sistema de espaços públicos e áreas verdes que possam funcionar como catalisadores sociais, promovendo a interação e a coesão comunitária.

1:1000

“
O conjunto urbano formulado revela-se
coeso e coerente, garantindo a
existência de entidades espaciais
distintas que se articulam e
complementam



criação de habitação destinada ao mercado de arrendamento a custo acessível e reabilitação de áreas habitacionais municipais em Lobelo
 concurso de concepção para a criação de zonas de urbanização, edificação e paisagem

3-3



Porto.

Concurso 1
 obras de urbanização,
 espaço público e paisagismo

1º Classificado

Azuis Espontâneos, Lda
 João Castelo Branco
 Benedita Silva Pinto
 Jorge Miguel Hugo Magalhães

“
 O corredor ribeirinho naturalizado, a rede de caminhos e a boa articulação entre realidades construídas, edificadas e naturais, contribuem decisivamente para a criação de um todo diversificado, uno e dinâmico.”

Porto.

Concurso 2
 edifícios ABC



32 propostas

Compañiões
 Pedro Ramalho, arq
 Nuno Valentim, arq
 Rita Lopes, arq
 Rui Furtado, eng. civ.
 Teresa Calix, arq
 Sigwenik
 Lara Salgado, arq
 Vera Sampaio, da





Porto.

Concurso 2
edifícios ABC

1º Classificado

Francisco António Amoedo Luis Pinto
Mana Eduarda Penha Souto de Moura
Francisco Afonso de Pina Cabral

“

A proposta apresenta uma dinâmica entre volumes e uma aproximação morfológica e física à envolvente que evidencia uma sensibilidade às características do tecido urbano em que se insere



Porto.

Concurso 2
edifícios ABC

1º Classificado

Francisco António Amoedo Luis Pinto
Mana Eduarda Penha Souto de Moura
Francisco Afonso de Pina Cabral

“

Sem mimetizar as opções formais dos edifícios próximos, aposta numa solução formalmente autónoma mas dialogante com as diferentes opções arquitetónicas e urbanísticas da envolvente, potenciando as relações de vizinhança



Porto.

Concurso 2
edifícios ABC

1º Classificado

Francisco António Amoedo Luis Pinto
Mara Eduarda Penha Souto de Moura
Francisco Afonso de Pina Cabral

“

A coerência dos novos volumes procura, através de uma unidade linguística, tipológica e construtiva, responder de forma pragmática a uma eficiência técnica e funcional



Porto.

Concurso 3
edifícios DE

29 propostas

Composição do júri

Manuel Fernandes de Sá, arq.
André Campos, arq.
Felicidade Oliveira, arq.
Luís Sobral, arq.
Patrício Rocha, eng. civ.

Superventes

Pedro Teixeira, dr.
Sandra Salazar, arq.



Porto.

Concurso 3
edifícios DE

1º Classificado

Filipe Teixeira Antunes Madeira
Vânia Manuela Pires Saraiva

“

A proposta apresenta-se competente e rigorosa na resposta aos diversos desafios que o programa apresenta. A lapidação da forma é atenta às relações urbanas mais próximas, trabalhando a escala das empenas e ajustando a percepção da massa dos edifícios.



Porto.

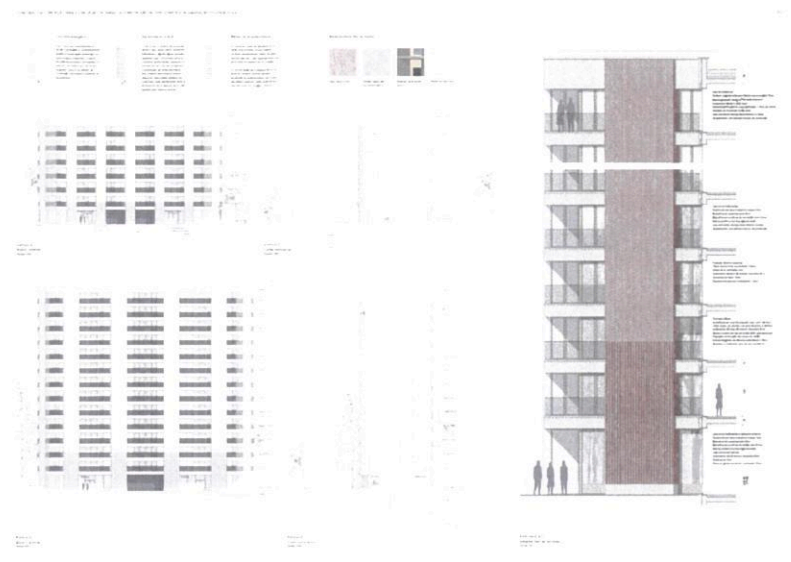
Concurso 3
edifícios DE

1º Classificado

Filipe Teixeira Antunes Madeira
Vânia Manuela Pires Saraiva

“

As tipologias têm desenho cuidado e atento à vivência contemporânea com especial atenção às relações contínuas estabelecidas entre os espaços de cozinhar, de comer e de estar e na relação de todos eles com o exterior.



Porto.

Concurso 3
edifícios DE

1º Classificado

Filipe Teixeira Antunes Madera
Vânia Manuela Pires Sarava

“

O princípio construtivo garante uma solução durável, ajustada à escala dos edifícios propostos e com princípios compositivos sóbrios e confortáveis.

Os materiais utilizados na fachada, o betão e o tijolo, procuram uma resposta de continuidade e não de rutura com a envolvente próxima.



Lordelo do Ouro
projetos complementares

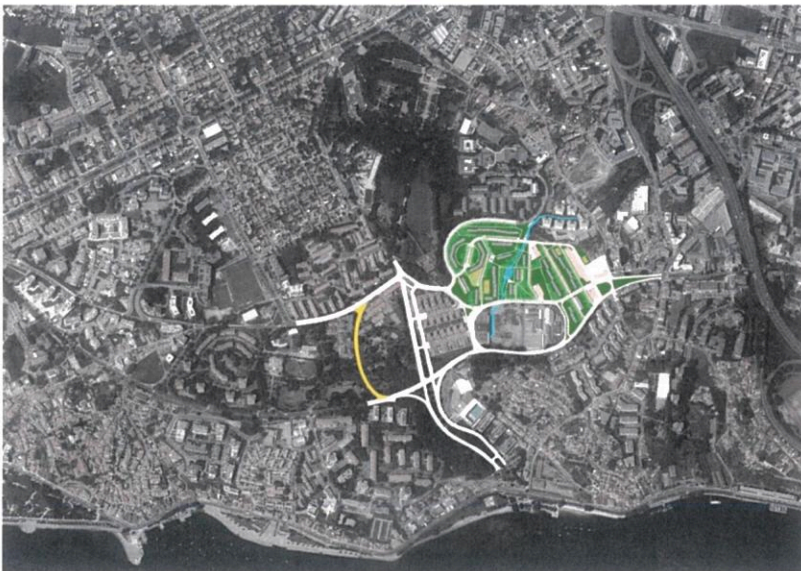


Porto.

Projetos complementares

Projeto da Alameda e Parque da Pasteleira

área de influência dos concursos de Lordelo: barros de Lordelo, Pinheiro Torres, ruas da Moureira e da Pasteleira



Porto.

Projeto da Alameda e Parque da Pasteleira

Prolongamento da 'Alameda do Fluvial' até a rua Bartolomeu Velho

Prolongamento das ruas Vieira da Silva e Domingos Alvão, integrando o bairro da Pasteleira Nova

Eliminação da rua Afonso de Pava

Porto.



Projeto da Alameda e Parque da Pasteleira

Unificação do parque da Pasteleira

Materialização de um corredor
ecológico entre a marginal fluvial a
quinta de Serralves e a Av Marechal
Gomes da Costa



ANEXO II



Contextualização

Desde 2016 que o Município do Porto apoia os comerciantes do Porto com a distribuição de material temático, ao longo do ano civil, com vista a promover uma iniciativa de proximidade, bem como para estimular a relação dos comerciantes como seu público, em épocas e datas específicas.

Esta iniciativa também contribuiu para a promoção da marca **Porto.**, visto que está sempre presente na conceção do material temático, alusivo a cada época do ano. O objetivo é dar visibilidade e destaque ao comércio de rua, local e tradicional da cidade associado à divulgação e promoção da Cidade.



2016 – Dados da Distribuição



CAMPANHA DE NATAL

Sacos de papel e papel de embrulho

431 Levantamentos* – 99.458 unidades

*Estabelecimentos aderentes



2017 – Dados da Distribuição



CAMPANHA DE DIA DOS NAMORADOS

Autocolantes

89 Levantamentos – 7.900 unidades



CAMPANHA DE DIA DO PAI, PÁSCOA E DIA DA MÃE

Autocolantes

101 Levantamentos – 17.340 unidades



2017 – Dados da Distribuição



CAMPANHA DE NATAL

Sacos de papel e papel de embrulho

394 Levantamentos – 70.208 unidades



2018 – Dados da Distribuição



CAMPANHA DE DIA DOS NAMORADOS

Autocolantes

62 Levantamentos – 5.640 unidades

CAMPANHA DE DIA DO PAI, PÁSCOA E DIA DA MÃE

Autocolantes

166 Levantamentos – 24.720 unidades

CAMPANHA DE VERÃO

Leques e autocolantes

465 Levantamentos – 59.724 unidades

CAMPANHA DE NATAL

Sacos de papel de dois tamanhos, papel de embrulho,
fitas de embrulho, cartões e autocolantes

493 Levantamentos – 115.190 unidades



2019 – Dados da Distribuição



CAMPANHA DE DIA DOS NAMORADOS

Cartão em formato de coração, postal com corações e autocolantes

262 Levantamentos – 24.235 unidades



CAMPANHA DE DIA DO PAI, PÁSCOA E DIA DA MÃE

Cartão em formato de coração, três tipos de postais e autocolantes

248 Levantamentos – 40.145 unidades



2019 – Dados da Distribuição



CAMPANHA DE VERÃO

Leques e chapéus caribbean

268 Levantamentos – 19.182 unidades



CAMPANHA DE NATAL

Sacos de papel de três tamanhos e duas cores, papel de embrulho e fitas de embrulho de duas cores

458 Levantamentos – 41.554 unidades



2020 – Dados da Distribuição



CAMPANHA DE NATAL

Sacos de papel de três tamanhos, fitas de embrulho e autocolantes

560 Levantamentos – 122.338 unidades

CAMPANHA DE DIA DOS NAMORADOS

Cartão em formato de coração, postal com corações e autocolantes

138 Levantamentos – 30.900 unidades

CAMPANHA DE DIA DO PAI, PÁSCOA E DIA DA MÃE

Cartão em formato de coração, três tipos de postais e autocolantes

40 Levantamentos – 10.100 unidades



2020 – Cancelamento da Distribuição

No âmbito do plano de contingência do Município do Porto referente à Covid-19, no dia 10 de março decidiu-se cancelar a distribuição de material temático da campanha “Dia do Pai, Páscoa e Dia da Mãe”.

Esta campanha teve início no dia 5 de março e até ao dia de cancelamento foram registados 91 pedidos de estabelecimentos comerciais, sendo que não foi possível realizar a entrega de material temático a 51 comerciantes devido às medidas de confinamento em vigor nesse período do ano.



Total dos Dados da Distribuição

ANO	LEVANTAMENTOS	UNIDADES
2016	431	99.458
2017	584	95.448
2018	1186	205.274
2019	1236	125.116
2020	738	163.338



DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL TEMÁTICO
AO SETOR DO COMÉRCIO DA CIDADE DO PORTO

Pelouro Economia, Turismo e Comércio - Pelouro da Gestão de Fundos Comunitários

25.01.2021